

# **CLIPPING IMPRESSO**

**28/02/2021**



# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	2
2.2. COMARCAS.....	3
2.3. DESEMBARGADOR.....	4
2.4. JUÍZES.....	5
2.5. NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	6
2.6. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	7
2.7. SERVIDOR PÚBLICO.....	8 - 9
2.8. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	10 - 13

Osmar Gomes dos Santos, Juiz de Direito da Comarca da Iha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



## JUSTIÇA DIGITAL

O conceito de justiça é amplo e pode ter definições distintas a depender do contexto em que é empregado. Na concepção socrática, justiça estaria ligada ao bem comum e, embora permitisse questionamentos, nunca devia ocorrer desobediência do foro íntimo do indivíduo, em razão do bem maior, que era a coletividade. Fundava-se nas leis que regiam as relações nas urbes. Para Platão funcionava como espécie de verdade a ser buscada por aqueles que prezavam pelo amor ao conhecimento, posição de virtude que cabia a qualquer um.

Em Aristóteles, a justiça estava ligada ao caráter dos homens, fundada como virtude que regia as relações e tinha como fim o desejo de realizar aquilo que é justo na interação com o outro. Na concepção religiosa, doutrina católica, compõe as virtudes cardinais, e consiste na vontade de dar ao outro o que lhe é devido.

Seja qual for das concepções, a justiça pode ser entendida como algo abstrato, que remete a um estado ideal na relação social. Fato é que o termo justiça é relativo àquilo que é justo e correto, preto no branco, como se costuma dizer popularmente. Conforme se define etimologicamente, é um princípio que garante a ordem social a partir da manutenção, do equilíbrio entre direitos e deveres na vida em sociedade.

Partindo dessa visão mais contemporânea, trazendo para uma realidade mais prática, dentro de um, digamos, entendimento popular, podemos dizer que o termo pode reportar à instituição Poder judiciário (Justiça) ou ao resultado emanado das suas próprias ações (justiça), entregue ao cabo de cada ação judicial.

Analisando por essa ótica e fazendo esse paralelismo entre o trabalho da Justiça – ofertado de forma incessante, 24 horas por dia e sete dias por semana – e a justiça entregue à sociedade como resultado desse trabalho, é preciso que se estabeleça um paralelo, também, com o cenário desafiador que se apresenta. A Covid-19 impactou sobremaneira a vida em sociedade e mudou, definitivamente, relações, condutas, comportamentos e, claro, a Justiça.

Dentro da conjuntura da pandemia, a Justiça maranhense, instituição, não parou. Há quase um ano, processo iniciado em março de 2020, o Judiciário do Maranhão, forçado

pelas necessidades a adotar alternativas se reinventou. Incrementou novas tecnologias, aprimorou processos de trabalho e modernizou rotinas para continuar garantindo o acesso da população aos seus serviços.

Entendo que o Poder Judiciário ainda carregue uma má compreensão de moroso por parte de alguns segmentos da sociedade. Respeito, mas não posso concordar com tal afirmação, apesar de entender haver permanente necessidade de melhorias. Entendo ser uma visão um tanto errônea e generalista, que vem sendo alterada gradativamente.

Como chamar de moroso, pesado, antiquado um Judiciário que, somente durante a pandemia, realizou quase 12 milhões de atos processuais só no âmbito do 1º grau? Nos primeiros 20 dias de janeiro, mesmo com o recesso forense, 569 mil atos foram praticados, considerando a velocidade dos acontecimentos, esses números, seguramente, estão próximos dos 2 milhões. No momento em que você lê este artigo, seja dia, noite, fim de semana ou feriado, há juizes e servidores realizando atos e impulsionando processos.

Transformamos nossos computadores e smartphones em gabinetes e secretarias. Neles, acessamos sistemas, movimentamos processos, decidimos, julgamos. Tudo assinado eletronicamente, via sistemas que conferem segurança e legitimidade. Atos processuais perfeitos, sem qualquer vício de tramitação, tudo seguindo os ritos legais e protegidos por robustos sistemas de informática.

Mesmo em sistema remoto superamos todas as expectativas e estamos fazendo, magistrados e servidores, a justiça acontecer em cada rincão do Maranhão. A Justiça, instituição, “saiu” dos gabinetes para as telas de aparelhos eletrônicos, assegurando eficiência e agilidade por muitos impensada.

Em 2020, foram registradas 116 mil audiências virtuais, nas 389 salas virtuais da plataforma oficial de webconferência do Poder Judiciário. Não incluem-se, aí, as milhares de reuniões de trabalho, audiências públicas e um sem-fim de encontros virtuais promovidos em outras plataformas de relacionamento virtual. Em esforço conjunto com outros órgãos, as audiências de custódia também já estão sendo realizadas por videoconferência.

O Processo Judicial Eletrônico já teve sua implantação iniciada também na esfera criminal e, em breve, deve chegar a todas as unidades com competência penal. Ademais, mesmo aquelas atividades que precisam ser executadas presencialmente, foram feitas com toda prevenção necessária à Covid-19, a exemplo das 440 sessões do júri realizadas no ano passado. Em plena pandemia, a Justiça não parou.

Os tempos mudaram, o Judiciário se aperfeiçoou e está digital. A nova era é muito bem-vinda. O trabalho da Justiça segue altivo e, ao que me parece, nunca foi tão eficiente. Aos críticos, muito bem-vindos, deixo uma certeza: continuamos em movimento, na busca de um progresso contínuo para realizar a entrega da justiça a cada cidadão maranhense.



### **A barbárie como destino**

Não há dúvidas de que o fascismo é hoje – com seu autoritarismo violento – um perigo real que ameaça a democracia, com a perigosa ascensão da extrema direita reacionária e autoritária no Brasil, cujo sistema político obsoleto mantém viva a invencível desigualdade social, mantendo vergonhosamente cidadãos despossuídos dos direitos mais elementares, o que não deixa de ser uma herança de um passado escravocrata.

O plágio de discursos de Joseph Goebbels – ministro da Propaganda na Alemanha Nazista, entre 1933 e 1945 – e os rompantes totalitários, racistas, machistas, xenofóbicos de políticos homofóbicos gestando o “ovo da serpente” são sinais que evidenciam o avanço do fascismo bizarro no país, que assume hoje contornos alarmantes com os heróis acima da lei sendo alçados à condição de semideuses querendo guiar o destino dos homens comuns. Sabemos, é claro, que políticos sofrem influência das ideologias. O que não podem, entretanto, é destruir os alicerces da República e suprimir direitos assegurados em normas legais de matriz constitucional, num verdadeiro estelionato constituído que tenta impor um totalitarismo monárquico, contrariando os interesses da cidadania. Temos que ter um projeto de Nação! Não podemos ter a barbárie como destino! **(Antônio Carlos Lua – Jornalista).**

# Homem é preso por estupro em Paço do Lumiar

DIVULGAÇÃO



Suspeito preso em Paço do Lumiar, com mandado de prisão por estupro

Por volta das 18h de sexta-feira (26), no Residencial Carlos Augusto, localizado em avenida de mesmo nome, em Paço do Lumiar, a polícia militar prendeu um suspeito de estupro. O homem tinha sido apenas abordado, mas ao consultar os dados pessoais dele, os policiais descobriram que existia um mandado de prisão em aberto, expedido pela 3ª Vara de Paço do Lumiar. (LV)



**Bom Dia Sociedade**

Nossa conversa de todos os Domingos



**Orquídea Santos**  
orquideafsantos@yahoo.com.br



Acesse nossa página no FACEBOOK, ORQUÍDEA SANTOS NA TV, ou através do google (@orquideafssantos) e veja os vídeos que fizeram sucesso durante a semana.



Em sessão solene realizada por videoconferência na tarde de terça, 23, o juiz Cristiano Simas de Souza tomou posse como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para o biênio 2021-2023.

O magistrado, que ocupou a vaga aberta em virtude da ascensão de José Gonçalo de Souza Filho ao cargo de desembargador do TJMA, foi empossado no cargo pelo presidente do Regional, desembargador Tyrone Silva. No mesmo dia, após encerrar a sessão plenária de julgamentos, o juiz Cristiano Simas recebeu das mãos do presidente a Medalha do Mérito Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares Moreira, maior honraria da Justiça Eleitoral, concedida a ele durante a sessão de posse.

## Osmar Gomes

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



# JUSTIÇA DIGITAL

O conceito de justiça é amplo e pode ter definições distintas a depender do contexto em que é empregado. Na concepção socrática, justiça estaria ligada ao bem comum e, embora permitisse questionamentos, nunca devia ocorrer desobediência do foro íntimo do indivíduo, em razão do bem maior, que era a coletividade. Fundava-se nas leis que regiam as relações nas urbes. Para Platão funcionava como espécie de verdade a ser buscada por aqueles que prezavam pelo amor ao conhecimento, posição de virtude que cabia a qualquer um.

Em Aristóteles, a justiça estava ligada ao caráter dos homens, fundada como virtude que regia as relações e tinha como fim o desejo de realizar aquilo que é justo na interação com o outro. Na concepção religiosa, doutrina católica, compõe as virtudes cardinais, e consiste na vontade de dar ao outro o que lhe é devido.

Seja qual for das concepções, a justiça pode ser entendida como algo abstrato, que remete a um estado ideal na relação social. Fato é que o termo justiça é relativo àquilo que é justo e correto, preto no branco, como se costuma dizer popularmente. Conforme se define etimologicamente, é um princípio que garante a ordem social a partir da manutenção, do equilíbrio entre direitos e deveres na vida em sociedade. Partindo dessa visão mais contemporânea, trazendo para uma realidade mais prática, dentro de um, digamos, entendimento popular, podemos dizer que o termo pode reportar à instituição Poder Judiciário (Justiça) ou ao resultado emanado das suas próprias ações (justiça), entregue ao cabo de cada ação judicial.

Analisando por essa ótica e fazendo esse paralelismo entre o trabalho da Justiça – ofertado de forma incessante, 24 horas por dia e sete dias por semana – e a justiça entregue à sociedade como resultado desse trabalho, é preciso que se estabeleça um paralelo, também, com o cenário desafiador que se apresenta. A Covid-19 impactou sobremaneira a vida em sociedade e mudou, definitivamente, relações, condutas, comportamentos e, claro, a Justiça.

Dentro da conjuntura da pandemia, a Justiça maranhense, instituição, não parou. Há quase um ano, processo iniciado em março de 2020, o Judiciário do Maranhão, forçado pelas necessidades a adotar alternativas se reinventou. Incrementou novas tecnologias, aprimorou

processos de trabalho e modernizou rotinas para continuar garantindo o acesso da população aos seus serviços.

Entendo que o Poder Judiciário ainda carregue uma má compreensão de moroso por parte de alguns segmentos da sociedade. Respeito, mas não posso concordar com tal afirmação, apesar de entender haver permanente necessidade de melhorias. Entendo ser uma visão um tanto errônea e generalista, que vem sendo alterada gradativamente. Como chamar de moroso, pesado, antiquado um Judiciário que, somente durante a pandemia, realizou quase 12 milhões de atos processuais só no âmbito do 1º grau? Nos primeiros 20 dias de janeiro, mesmo com o recesso forense, 569 mil atos foram praticados, considerando a velocidade dos acontecimentos, esses números, seguramente, estão próximos dos 2 milhões. No momento em que você lê este artigo, seja dia, noite, fim de semana ou feriado, há juízes e servidores realizando atos e impulsionando processos.

Transformamos nossos computadores e smartphones em gabinetes e secretarias. Neles, acessamos sistemas, movimentamos processos, decidimos, julgamos. Tudo assinado eletronicamente, via sistemas que conferem segurança e legitimidade. Atos processuais perfeitos, sem qualquer vício de tramitação, tudo seguindo os ritos legais e protegidos por robustos sistemas de informática.

Mesmo em sistema remoto superamos todas as expectativas e estamos fazendo, magistrados e servidores, a justiça acontecer em cada rincão do Maranhão. A Justiça, instituição, “saiu” dos gabinetes para as telas de aparelhos eletrônicos, assegurando eficiência e agilidade por muitos impensados.

Em 2020, foram registradas 116 mil audiências virtuais, nas 389 salas virtuais da plataforma oficial de webconferência do Poder Judiciário. Não incluem-se, aí, as milhares de reuniões de trabalho, audiências públicas e um sem-fim de encontros virtuais promovidos em outras plataformas de relacionamento virtual. Em esforço conjunto com outros órgãos, as audiências de custódia também já estão sendo realizadas por videoconferência.

O Processo Judicial Eletrônico já teve sua implantação iniciada também na esfera criminal e, em breve, deve chegar a todas as unidades com competência penal. Ademais, mesmo aquelas atividades que precisam ser executadas presencialmente, foram feitas com toda prevenção necessária à Covid-19, a exemplo das 440 sessões do júri realizadas no ano passado. Em plena pandemia, a Justiça não parou. Os tempos mudaram, o Judiciário se aperfeiçoou e está digital. A nova era é muito bem-vinda. O trabalho da Justiça segue altivo e, ao que me parece, nunca foi tão eficiente. Aos críticos, muito bem-vindos, deixo uma certeza: continuamos em movimento, na busca de um progresso contínuo para realizar a entrega da justiça a cada cidadão maranhense.

Kátia Persovisan  
katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br  
Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>  
Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

# CONTEXTO



## Terra

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) lançou, na manhã da sexta-feira (26), o Programa Minha Terra, que tem a finalidade de fomentar ações para regularização de áreas urbanas e rurais, inicialmente, em 30 municípios do Estado. A iniciativa conta com o apoio dos órgãos dos três poderes, entidades afins e sociedade civil organizada. No lançamento do Programa Minha Terra, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, destacou que o Poder Judiciário tem importante papel na frente de atuação social, protagonismo trazido, principalmente, a partir de 2004, com a chamada reforma do Judiciário.





\*\*\* Quando o Procon-MA pretende  
intervir nos valores abusivos dos  
cartórios???! Missão espinhosa  
para a 'super Karen'!!!

TJ-MA os servidores estariam sendo obrigados a trabalhar (...)

---



\*\*\* No início da semana, um leitor procurou o Colunação do Pêta para dizer que no TJ-MA os servidores estariam sendo obrigados a trabalhar em meio à pandemia, sem direito ao trabalho a distância e sim presencial!!! E que haveria casos de pessoas infectadas trabalhando!!! A coluna entrou em contato com o tribunal, que foi taxativo em afirmar que a denúncia não procede!!! “Ocorre exatamente o contrário. Boa parte de nós, membros do Poder Judiciário, segue em trabalho remoto: os integrantes de grupo de risco, desde o início da pandemia, ainda em março do ano passado. Os que trabalham presencialmente o fazem em expediente reduzido e em escala de revezamento para evitar aglomerações, conforme portaria da presidência. Todos seguindo as recomendações sanitárias e recebendo seus salários integrais”, explicou a fonte consultada pelo Colunação!!! É isso aí!!!



\*\*\* Quem é o “super servidor”  
que ocupa três postos de trabalho  
e comanda tudo pelo zap????!!!  
Alô TCU, TCE...!!!

## COMBATE À PANDEMIA

# Defensores públicos reiteram pedido de lockdown durante 14 dias no Maranhão

*Dr. Gutemberg alerta para caos na saúde com a variante do coronavírus já confirmada no Estado*

GILSON FERREIRA



DIVULGAÇÃO



Os defensores públicos Clarice Binda e Cosmo Sobral e o vereador Dr. Gutemberg defendem maior rigor no combate à pandemia

Os defensores públicos estaduais Clarice Viana Binda, do Núcleo de Direitos Humanos; e Cosmo Sobral da Silva, do Núcleo de Defesa da Saúde, defendem um lockdown por 14 dias, no Maranhão. Na noite de sexta-feira (26), Clarice e Cosmo fizeram à Justiça novo pedido de endurecimento da quarentena. O médico e vice-presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Dr. Gutemberg (PSC), alerta para um cenário de caos na saúde com a variante P1 da Covid-19 já confirmada no Estado.

**PÁG.5 E 13**

# Defensores públicos estaduais voltam a pedir lockdown por 14 dias no Maranhão

*Mais uma vez, o pedido será apreciado pelo juiz Douglas de Melo Martins*

LUCIENE VIEIRA

O que é preciso fazer para evitar o colapso da saúde no Maranhão? Para os defensores públicos estaduais Clarice Viana Binda, do Núcleo de Direitos Humanos; e Cosmo Sobral da Silva, do Núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa, o Estado e os municípios deveriam estar mais ativos, a respeito do momento crítico e de altíssimo risco para todos. Por isso mesmo, eles não veem caminho diferente do que um lockdown por 14 dias, ao menos, para que se avalie, a partir daí, os resultados. Logo, na noite de sexta-feira (26), Clarice e Cosmo fizeram novo pedido de endurecimento da quarentena à Justiça.

Na ação civil pública, Cosmo e Clarice informam que a rede pública hospitalar na cidade de Imperatriz até sexta-feira estava com 100% de ocupação de leitos clínicos para Covid-19, conforme Boletim

GILSON FERREIRA



Os defensores públicos Clarice Binda e Cosmo Sobral querem que a Justiça determine a restrição total das atividades não essenciais, por duas semanas, em todo o Maranhão

Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde (SES). A petição foi enviada para a Vara de Direitos Difusos e Coletivos de São Luís, com titularidade do juiz Douglas de Melo Martins. O documento está na primeira instância, e caso o pedido seja indeferido, os defensores públicos estaduais podem (sempre) recorrer. “A criação de novos leitos não é suficiente para frear o ritmo do contágio do coronavírus, no Maranhão. A taxa de ocupação de leitos de UTI e de leitos clínicos na região metropolitana e em Imperatriz continuam acima de 80%, chegando a dias com mais de 90% de ocupação. Na sexta-feira, 91,19% dos leitos de UTI da Grande Ilha estavam ocupados, conforme o boletim da SES. É necessário um lockdown. Há omissão de governantes (governador e prefeitos), logo, a DPE está agindo”, informou Clarice.

Clarice e Cosmo justificam que o boletim epidemiológico da SES divulgado na sexta-feira informava existência de 159 leitos de UTI para Covid-19 na Grande Ilha. Isso, segundo os defensores públicos estaduais, significa um aumento de 48 leitos de UTI exclusivo para Covid-19, no total das quatro cidades que formam a região metropolitana: São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar. A taxa de ocupação seria de 91,19%. “Portanto, esses números mostram que, mesmo com a criação de 48 leitos de UTI para Covid-19, nesta região, em menos de um mês houve no mesmo período um aumento de quase 10% na taxa de ocupação desses leitos, demonstrando que é notadamente infrutífera a tentativa de combater o vírus apenas com a criação de leitos”, declararam Cosmo e Clarice, na petição.

### **EM 48 HORAS**

Os defensores públicos estaduais pedem que, em 48 horas, sejam adotadas medidas para restrição total de atividades comercial e social, não essenciais no território maranhense pelo prazo de 14 dias, ou seja, lockdown por duas semanas.

Outra solicitação é que seja restringida a circulação de veículos particulares exclusivamente para deslocamento ao trabalho de pessoas ligadas às atividades essenciais ou para compra de gêneros alimentícios e medicamentos.

Ou, ainda, para atendimento médico-hospitalar, assim como suspendendo o serviço de transporte rodoviário intermunicipal e restringindo a circulação de veículos nas rodovias estaduais do Maranhão, exclusivamente para

descolamento ao trabalho de pessoas ligadas às atividades essenciais, ou para atendimento médico. Clarice e Cosmo pedem ainda redução no número de trajetos do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros e veículos por meio de ferry-boats.

### **FISCALIZAÇÃO**

Também foi pedido um limite no funcionamento do transporte público urbano ao mínimo necessário, para garantir o deslocamento ao trabalho de pessoas ligadas às atividades essenciais. E, por fim, que o Estado e municípios usem todo seu efetivo disponível nas polícias Civil e Militar, bem como demais funcionários públicos estaduais e municipais da área de fiscalização em geral, para que seja exercido efetivamente a atividade fiscalizatória de cumprimento do lockdown.

## Dr. Gutemberg alerta para caos na saúde com a variante do coronavírus já confirmada no Maranhão

Em entrevista para a Rádio Nova FM, na última sexta-feira (28), o médico e vice-presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Dr. Gutemberg (PSC), alertou para um cenário de caos na saúde do Maranhão com a variante P1 da Covid-19 já confirmada no Estado. Ele mencionou dados nacionais e ainda dados locais que teve acesso em conversa com o epidemiologista e professor da Ufma, Dr. Antônio Augusto. “Conversei com Dr. Antônio Augusto, um dos nossos melhores epidemiologista. Ele me passou dados assustadores. Estamos vivemos a 2ª onda da doença no Estado. Tivemos uma ascensão meteórica da ocupação de leitos de UTI’s e enfermaria na capital. A previsão é que essa situação aumente até o final de março. E chegue a ultrapassar a casa de 700 pessoas precisando de leitos. Precisamos tomar providências enérgicas. Esse aumento exponencial da doença vai sobrecarregar ainda mais o Sistema de Saúde”, alertou Dr. Gutemberg.

O médico destacou ainda que os hospitais públicos e privados estão suspendendo as cirurgias eletivas para se dedicar à Covid-19. Além disso, Dr. Gutemberg explicou que a variante P1 da Covid-19, que já está circulando no estado, pode duplicar o número de pessoas internadas, pois tem maior transmissibilidade e atinge principalmente os jovens. “É uma situação de extrema dificuldade que está piorando. Além da chegada da variante do vírus, o uso de máscaras caiu de 75% para 42% em todo o Estado, segundo constatou o Dr. Antônio. Hoje, em São Luís, a Covid-19 levou um jovem de 23 anos e o nosso amigo radialista Juarez Sousa. Eu também perdi meu pai para a doença. Toda a minha solidariedade às famílias. Precisamos fazer uma campanha mais forte de conscientização, mostrando até a realidade dos hospitais lotados”, afirmou Dr. Gutemberg. Em seguida, Dr. Gutemberg sugeriu a criação de um ‘Gabinete de Crise’ formado por represen-

DIVULGAÇÃO



Dr. Gutemberg Araújo defende a criação de um Gabinete de Crise para debater o combate à Covid-19

tantes do Poder Público (Estado e Municípios), Poder Judiciário, Cientistas e demais representantes da sociedade civil para que juntos busquem soluções para enfrentar a 2ª onda da Covid-19 no Maranhão. “Reconheço os esforços do prefeito Eduardo Braide, que anunciou mais 30 leitos disponíveis no Hospital Universitário e transformou

o Hospital da Mulher em hospital para atendimento de Covid. E o governador Flávio Dino aumentou o número de leitos no HCI. Mas volto a falar, nós estamos com quase 100% de lotação. E se não houver um mecanismo de bloqueio para frear a transmissão do vírus, a situação vai piorar.